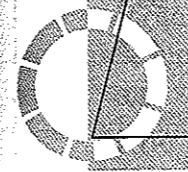


Amaury Patrick Gremaud
Marco Antonio Sandoval de Vasconcellos
Rudinei Toneto Jr.

**ECONOMIA
BRASILEIRA
CONTEMPORÂNEA**

7ª Edição

SÃO PAULO
EDITORA ATLAS S.A. - 2011



Da Crise ao Milagre (1960-1973)

A década de 60 foi uma década cheia de mudanças para a sociedade brasileira. Do ponto de vista político, passou-se de um sistema democrático para um regime militar fortemente autoritário. Economicamente, o primeiro lustro da década é marcado por uma crise; depois promoveram-se importantes mudanças institucionais no país que estão na base da forte recuperação econômica que se inicia no último triênio do anos 60 e se prolonga no primeiro triênio da década seguinte. Essas passagens serão acompanhadas neste capítulo, procurando-se descrever as diferentes interpretações para a crise do início dos anos 60; em seguida serão acompanhadas as mudanças institucionais promovidas nos primeiros anos do governo militar; e por fim serão analisadas as bases do período do chamado “milagre econômico brasileiro”.

15.1 A crise dos anos 60

Se comparado com o período anterior do governo Juscelino Kubitschek, o início dos anos 60 mostra forte reversão da situação econômica. Esse período, especialmente depois de 1963, caracterizou-se pela primeira grande crise econômica do Brasil em sua fase industrial: houve uma queda importante dos investimentos e a taxa de crescimento da renda brasileira também caiu significativamente (Tabela 15.1). Por outro lado a inflação acelerou-se e chegou

a mais de 90% ao ano em 1964. Na verdade, esses números, especialmente a inflação, refletem os problemas herdados justamente do governo anterior, sendo, em parte, consequência dos desequilíbrios do Plano de Metas.

Tabela 15.1 Produto e inflação: 1961-1965.

Ano	Crescimento do PIB (%)	Crescimento da produção industrial (%)	Taxa de inflação (IGP-DI) (%)*
1961	8,6	11,1	33,2
1962	6,6	8,1	49,4
1963	0,6	-0,2	72,8
1964	3,4	5,0	91,8
1965	2,4	-4,7	65,7

Fonte: Abreu (1990).
* IPC-RJ

Muitas são as explicações para essa crise. Seguindo o esquema do Quadro 15.1, pode-se dividir tais explicações em quatro grandes grupos, dependendo de qual peso a explicação atribui a fatores políticos ou econômicos, conjunturais ou estruturais. Obviamente que, naquele momento, dependendo da explicação que era dada para a crise, soluções diferentes também eram propostas.

Quadro 15.1 A crise dos anos 60 e suas explicações.

Crises	Conjunturais	Estruturais
Políticas	Instabilidade política	Crise do populismo
Econômicas	Política econômica recessiva de combate à inflação	1. Estagnacionismo – crise do PSI 2. Crise cíclica endógena de uma economia industrial 3. Inadequação institucional

No primeiro quadrante tem-se as explicações que privilegiam elementos da conjuntura política para explicar a crise ocorrida no início da década de 60. Esse período é considerado de grande **instabilidade política**. A própria eleição de Jânio Quadros, tendo como vice eleito um candidato de uma coligação rival – João Goulart (Jango) –, mostra as dificuldades e a polarização que marcaram

o período. Depois de oito meses da eleição houve a estranha renúncia do presidente, a dificuldade da posse do vice, que teve de permanecer no exterior por um bom período até voltar e assumir a presidência, mas sob outro regime político – o parlamentarismo. Durante esse regime vários gabinetes foram instalados, até que, depois de um plebiscito, voltou-se a instalar um regime presidencialista com Jango à frente. Este, contudo, continuou a enfrentar muitas dificuldades para governar, havendo a troca de vários ministros ao longo dos poucos meses que se manteve como presidente efetivo do país, até que um golpe militar o alijasse do poder. Essas ascensões e quedas de presidentes e ministérios impedia a manutenção de uma política consistente ao longo do tempo, além de que tais oscilações, juntamente com um quadro político de radicalização de posições, conturbava a visão de longo prazo, dificultando o cálculo econômico, diminuindo os investimentos no país e seu crescimento econômico.

Aspectos políticos mais estruturais podem ser agregados à explicação anterior. Se se observarem os compromissos básicos assumidos pelos governos populistas depois da revolução de 1930, percebe-se que estes se deterioraram com o tempo e estão em xeque no início da década de 60. Basicamente, o que estava em questão era a capacidade dos governantes em incorporar as massas urbanas como base de apoio político sem, no entanto, que as concessões utilizadas para tal incorporação fossem exageradas do ponto de vista do setor patronal. Outro aspecto é o compromisso em não estender essas concessões para o campo, assim como não alterar a estrutura agrária do país. Nesse sentido, boa parte da elite brasileira passa a ter dúvidas sobre a real capacidade dos governantes em manter esses compromissos; desse modo configura-se a chamada **crise do populismo**, que está na raiz da própria instabilidade política do país, da crise econômica, além de explicar também o golpe militar de março de 1964.

Atendo-se a aspectos econômicos, pode-se ressaltar que o período posterior ao Plano de Metas teve que se haver com os problemas por ele deixados, entre eles ganhando destaque a aceleração inflacionária. Assim, pelo menos até 1967, em geral, adotou-se uma **política econômica restritiva**. Ou seja, com intuito de controlar o processo inflacionário, procurou-se controlar os gastos públicos, diminuir a liberdade creditícia e combater os excessos da política monetária. Essa política tinha assim forte conteúdo recessivo que, associado a uma série de problemas climáticos que causaram dificuldades ao setor agrícola e também à própria geração de energia,¹ é o elemento conjuntural para a explicação da diminuição do ritmo de crescimento econômico.

¹ Isso porque a energia já depende bastante das usinas hidroelétricas.

É interessante porém notar que essa política teve dificuldades em efetivar-se. Apenas a partir de 1965 é que as taxas inflacionárias passam a ser melhor controladas. Para isso concorrem dois tipos de explicações complementares, ligadas à pouca efetividade da política no que tange ao combate à inflação: a falta de melhores instrumentos de controle, especialmente na política monetária, dificulta a efetivação de uma política de controle inflacionário; e a instabilidade da política econômica, já que as políticas nunca tiveram um tempo efetivo de maturação, sendo sempre solapadas por pressões e crises políticas. Tanto os instrumentos como a possibilidade da manutenção de uma efetiva política de estabilização por um período mais longo só foram obtidos depois da ascensão ao poder dos militares.

Além de questões políticas e de caráter econômico conjuntural, pode-se enfocar outras visões sobre a crise do início dos anos 60, consideradas aqui como visões de cunho econômico, mas de ordem estrutural.

Segundo a **visão estagnacionista**, a redução nas taxas de crescimento do produto se deve ao esgotamento do dinamismo do processo de substituição de importações. A industrialização por substituição de importações tende a enfrentar dificuldades ao longo do tempo. De um lado a diminuição do coeficiente de importações diminui a amplitude da substituição; por outro lado, a pauta de importações torna-se mais rígida, isto é, a substituição exige cada vez mais recursos financeiros e tecnológicos com retorno cada vez menor (setores com elevada relação capital/produto). Pelo lado da demanda, os novos setores a serem substituídos possuem ganhos de escala cada vez maiores, exigindo uma demanda também cada vez maior. Em geral, esses novos setores dependem da chamada **demanda derivada**, ou seja, dependem da demanda de outros setores que, por sua vez, possuem **demanda primária** – demanda diretamente ligada à população consumidora. Como o processo de substituição de importação é concentrador, o crescimento do mercado não se faz a taxas suficientes para viabilizar os novos investimentos, ou seja, o crescimento da demanda pode até ter sido suficiente para viabilizar a introdução no Brasil dos setores de demanda primária, mesmo com problemas como os ressaltados no Capítulo 14. Para dar prosseguimento ao desenvolvimento econômico, tornava-se necessário desenvolver o setor de bens de capital e ampliar o setor de bens intermediários que estavam defasados, porém a demanda dos setores já instalados não era suficiente, dadas as escalas produtivas necessárias desses novos setores. Diminuíam assim o dinamismo do processo, até um momento de crise, como teria sido o caso da década de 60.

Outra visão enxerga a crise dos anos 60 como uma **crise cíclica endógena** típica da economia industrial ou capitalista. Depois da década de 50, a economia brasileira já haveria superado a fase de industrialização restringida, que caracterizara os anos 30 e 40, e entrara em uma fase em que a dinâmica capitalista se deve a elementos endógenos, especialmente aos ligados à inter-relação entre os setores da economia. Nesse sentido, a crise dos anos 60 deve-se a uma desaceleração dos investimentos em bens de capital que repercute sobre o restante da economia. A queda desses investimentos deve-se ao fato de que o Plano de Metas representara um grande bloco de investimentos que acabou por gerar excesso de capacidade produtiva, diminuindo assim a necessidade de novas inversões, o que afetou o resto dos setores e explica a crise do período.

Outro aspecto ressaltado na época era a necessidade de **reformas institucionais** que formassem um quadro favorável à retomada dos investimentos. Vários problemas colocavam-se nesse sentido, em especial a ausência de mecanismos de financiamento adequados, tanto para o setor público, que se encontrava com elevado déficit público, devido aos gastos realizados no Plano de Metas (durante o governo de Juscelino Kubitschek), como para o setor privado, em um momento em que as altas escalas de capital dos setores a serem implantados necessitavam de maior volume de recursos financeiros para viabilizar os investimentos. A expansão do mercado consumidor também era vista como necessária e impedida por problemas institucionais, os quais, dependendo da visão que se tinha, poderiam estar relacionados a problemas como estrutura fundiária e acesso à educação do país, ou a problemas de financiamento que impediam o desenvolvimento de crédito ao consumidor. Por outro lado, o convívio com a inflação era difícil, em função de uma legislação que imaginava um país de inflação zero; o próprio combate a ela era dificultado pela falta (ou pela deterioração) de instrumentos de política monetária-fiscal.

15.2 Os governos militares e o Paeg

Nesse contexto, o golpe militar de 1964, impondo de forma autoritária uma solução para a crise política, foi uma pré-condição ao encaminhamento “técnico” das medidas de superação da crise econômica – reformas institucionais e condução da política econômica de forma adequada e segura. O governo Castelo Branco lançou o Plano de Ação Econômica do Governo – Paeg, com vista em resolver os problemas econômicos, tendo como mentores Roberto Campos e Octavio Gouvêa de Bulhões. O Paeg pode ser dividido em duas linhas

de atuação: políticas conjunturais de combate à inflação, associadas a reformas estruturais que permitiram o equacionamento dos problemas inflacionários e das dificuldades que se colocavam ao crescimento econômico.²

Em linhas gerais, os objetivos colocados pelo Paeg eram: acelerar o ritmo de desenvolvimento econômico, conter o processo inflacionário, atenuar os desequilíbrios setoriais e regionais, aumentar o investimento e com isso o emprego e corrigir a tendência ao desequilíbrio externo. O controle inflacionário e/ou as formas de conviver com a inflação eram vistos como precondições para a retomada do desenvolvimento, e o combate a inflação só poderia ser feito acoplado às reformas institucionais.

15.2.1 Medidas de combate à inflação do Paeg

O diagnóstico sobre a inflação, que havia subido para 83,2% a.a. em 1963, centrava-se no excesso de demanda. Este era explicado em função da tendência ao déficit público, da elevada propensão a consumir (decorrente da política salarial frouxa dos períodos anteriores – os chamados “arroubos populistas”) e também da falta de controle sobre a expansão do crédito. Essas pressões inflacionárias propagavam-se com a expansão monetária, que era o veículo para sua perpetuação.

Especificamente, as principais metas do Paeg eram:

- i. redução do déficit público mediante a redução dos gastos e da ampliação das receitas por meio da reforma tributária e do aumento das tarifas públicas (a chamada **inflação corretiva**). Com isso, o déficit público reduziu-se de 4,2% do PIB em 1963 para 1,1% em 1966;
- ii. restrição do crédito e aperto monetário. Houve aumento das taxas de juros reais e, conseqüentemente, do passivo das empresas. Esse fato levou a uma grande onda de falências, concordatas, fusões e incorporações, processo este que atingiu principalmente as pequenas

² É interessante contrapor dois modelos de reforma institucional propostos no período: o Plano Trienal, proposto por Celso Furtado no governo João Goulart, e o Paeg. Este último, elaborado pelo governo militar, foi implementado e, como será visto a seguir, viabilizou uma série de reformas que possibilitaram a retomada do crescimento econômico. O Plano Trienal acabou não indo à frente e passou a ser considerado pela maior parte da literatura como tendo apenas um conteúdo recessivo. Todavia, apesar de não implementado, o Plano Trienal, além desses aspectos estabilizadores, também previa importantes reformas de base com intuito de mudar vários aspectos institucionais e estruturais do país. Tais reformas, porém, tinham perspectivas diferentes do Paeg.

e médias empresas dos setores de vestuário, alimentos e construção civil. Essa “limpeza de terreno” e a conseqüente geração de capacidade ociosa foi um importante fator para a futura retomada do crescimento econômico;

- iii. o terceiro elemento da política de contenção da demanda foi a política salarial, em que se supunha a existência de uma taxa de desemprego relativamente baixa, o que levava a elevados salários reais e inflação crescente. Para romper essa dinâmica, o governo passou a determinar os reajustes salariais, via política salarial, objetivando romper as expectativas e conter as reivindicações. A fórmula de reajustes decidida pela política salarial (Circular 10 de 1965) teve por conseqüência grande redução do salário real.

Independentemente do tipo de inflação que fora diagnosticada pelos governantes do regime militar, eles acabaram por implementar uma forma peculiar de lidar com a inflação. Por tratamento peculiar pode-se levantar dois aspectos básicos:

- acaba por prevalecer a idéia de que a inflação é um mal inevitável do acelerado desenvolvimento brasileiro, de modo que, em vez de acabar com ela, deve-se diminuir seus impactos negativos, ou melhor, deve-se aprender a conviver com ela. Nesse sentido, nas reformas instituídas no período, surge a noção de **correção monetária**, ou de **indexação** dos valores à inflação.
- ao mesmo tempo, o combate à inflação abandona a idéia de tratamentos de choques e passa para uma atitude **gradualista**, contentando-se em controlar a aceleração inflacionária e obter ganhos paulatinos, baixando pouco a pouco o patamar inflacionário. Não se buscava assim empreender um **tratamento de choque** à inflação, visando acabar com ela rapidamente.

Com essas medidas, a inflação reduziu-se, entre os anos 1964 e 1968, da casa dos 90% a.a. para os 20% a.a. Esse resultado deveu-se em grande parte à própria retração nas taxas de crescimento econômico.

Tabela 15.2 Produto e inflação: 1964-1968.

Ano	Crescimento do PIB (%)	Crescimento da produção industrial (%)	Taxa de inflação (IGP-DI) (%)
1964	3,4	5,0	91,8
1965	2,4	- 4,7	65,7
1966	6,7	11,7	41,3
1967	4,2	2,2	30,4
1968	9,8	14,2	22,0

Fonte: Abreu (1990).

15.2.2 Reformas institucionais do Paeg

Quanto aos problemas institucionais, identificou-se como ponto básico a ausência de correção monetária em uma economia com altas taxas inflacionárias. Vários eram os problemas gerados pelo processo inflacionário:

- i. a inflação, conjugada à Lei da Usura (que impedia juros nominais superiores a 12% a.a.), desestimulava a canalização de poupança para o sistema financeiro;
- ii. a Lei do Inquilinato numa situação inflacionária constituía-se em forte desestímulo à aquisição de imóveis e, conseqüentemente, à construção civil;
- iii. havia desordem tributária, pois a ausência de correção monetária, no caso dos débitos fiscais, estimulava o atraso de pagamentos e, no caso dos ativos e do patrimônio das empresas, levava à tributação de lucros ilusórios.

Nesse sentido, se, por um lado, se fazia necessária a redução das taxas de inflação, também se procurou criar mecanismos que possibilitassem o crescimento econômico em um ambiente de inflação moderada.

As principais reformas instituídas pelo Paeg foram: a reforma tributária, a reforma monetária e financeira e a reforma da política externa. Veja-se essas reformas mais detidamente.

A. Reforma Tributária

Os principais elementos envolvidos nessa reforma foram:

- i. a introdução da correção monetária no sistema tributário, visando reduzir as distorções já mencionadas;
- ii. a alteração do formato do sistema tributário. Transformaram-se os impostos do tipo cascata (que incidem a cada transação sobre o valor total) em impostos do tipo valor adicionado. Criou-se o IPI (Imposto sobre Produtos Industrializados), o ICM (Imposto sobre Circulação de Mercadorias) e o ISS (Imposto sobre Serviços). A importância dessa alteração foi romper o estímulo até então existente à integração vertical da produção e facilitar a utilização dos impostos como instrumento de política de desenvolvimento e de redução de distorções, ao permitir as diferenciações de alíquotas e facilitar a concessão de isenções e incentivos fiscais às atividades específicas;
- iii. a redefinição do espaço tributário entre as diversas esferas do governo. A União ficou com o IPI, o Imposto de Renda, os impostos únicos, os impostos de comércio exterior, o Imposto Territorial Rural (ITR). Os Estados ficaram com o ICM e os municípios, com o ISS e o IPTU (Imposto sobre Propriedade Territorial Urbana). Além disso, foram criados os fundos de transferência intergovernamentais: o Fundo de Participação dos Estados e o dos Municípios, que se baseavam em parcelas de arrecadação do IPI, do IR e do ICMS. Os critérios de distribuição dos recursos baseavam-se na área geográfica, na população e no inverso da renda *per capita*, com vista em favorecer estados mais pobres. Houve importante centralização das decisões sobre a legislação tributária, inclusive definindo as alíquotas dos impostos das demais esferas, procurando eliminar a "guerra fiscal".

Ainda quanto à questão da arrecadação, devem-se destacar:

- i. o surgimento de vários fundos parafiscais, como o FGTS (Fundo de Garantia do Tempo de Serviço) e o PIS (Programa de Integração Social), que se constituíram em importantes fontes de poupança compulsória, direcionadas ao setor público. Esses fundos vieram em substituição a algumas características até então existentes na legislação trabalhista: a questão da estabilidade do emprego no primeiro caso e a participação no lucro no segundo;

- ii. a chamada “**inflação corretiva**”, uma política de realismo tarifário que tornou as empresas estatais geradoras de excedentes líquidos de recursos.

Dessa forma, as principais conseqüências da reforma tributária foram o aumento da arrecadação e uma grande centralização tanto da arrecadação como das decisões em termos de política tributária, constituindo-se em importante instrumento político, ao subordinar os estados ao governo central. Permitiu ainda, por meio da vinculação da receita e da criação de órgãos ao lado da administração direta, uma descentralização dos gastos, com maior flexibilidade operacional.

B. Reforma Monetária-Financeira no Paeg

Os principais objetivos nessa reforma eram criar condições de condução independente da política monetária e direcionar os recursos nos montantes e condições adequados às atividades econômicas. Essa reforma divide-se em quatro grupos de medidas:

- i. **Instituição da correção monetária e criação da ORTN (Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional)**. A introdução da correção monetária tornava sem sentido a Lei da Usura, eliminando uma série de ineficiências do sistema financeiro. Ao permitir a prática de taxas de juros reais positivas, estimulava a poupança e ampliava a capacidade de financiamento da economia. A criação das ORTNs, cuja variação determinaria o índice de correção monetária, tinha por objetivo dar credibilidade e viabilizar o desenvolvimento de um mercado de títulos públicos que fornecesse instrumentos de financiamento não inflacionários do déficit público, bem como possibilitasse as operações de mercado aberto, visando ao controle monetário. Esse último objetivo só se viabilizou de fato a partir de 1970, com a criação das LTNs (Letras do Tesouro Nacional), pois as características das ORTNs (títulos pós-fixados de longo prazo) dificultavam as operações de mercado aberto, que devem ser feitas com títulos prefixados de curto prazo.
- ii. **Lei nº 4.595 – criação do CMN (Conselho Monetário Nacional) e do Bacen (Banco Central do Brasil)**. Com essa lei procurava-se criar condições para que a política monetária fosse conduzida de forma independente. O CMN substituiu o Conselho da Sumoc (Superintendência da Moeda e do Crédito) e passou a ser o órgão nor-

mativo da política monetária, com a função de definir as regras e as metas a serem atingidas. O Bacen foi criado (assumindo a antiga Carteira de Câmbio e Redescoto do Banco do Brasil e o Serviço de Meio Circulante do Tesouro Nacional) para ser o agente executor da política monetária. Além disso, ele também seria o agente fiscalizador e controlador do sistema financeiro. O Banco do Brasil, além de suas funções de banco comercial, permaneceu com os serviços de compensação de cheques, depositário das reservas voluntárias e caixa do Bacen e do Tesouro Nacional, ou seja, constituía-se no agente bancário do governo.

Vários problemas ainda permaneciam, para a consecução do objetivo de controle independente da política monetária:

- a) a subordinação do Bacen ao CMN, o que permitia a ingerência política na atuação do órgão;
- b) a **Conta Movimento**, criada inicialmente para transferir recursos do Banco do Brasil para o Bacen entrar em operação, fez com que o Banco do Brasil não perdesse a condição de Autoridade Monetária, uma vez que podia expandir sem limites suas operações de crédito, pois possuía uma linha direta de financiamento junto ao Bacen; e
- c) o chamado “**Orçamento Monetário**”, que deveria ser a peça para juntar as duas autoridades monetárias (Bacen e Banco do Brasil). Esse orçamento passou a receber vários gastos de origem fiscal, com a criação de vários fundos e programas que seriam administrados pelas Autoridades Monetárias – Proagro, Proex, Funrural etc.

Com isso, o Bacen, que deveria ser o órgão de controle monetário, transformava-se também em banco de fomento, criando-se um entrelaçamento entre contas monetárias e fiscais, de tal modo que o Orçamento Fiscal poderia parecer equilibrado, enquanto todo o rombo se colocava no Orçamento Monetário. O Bacen era o responsável pela administração da dívida pública, podendo emitir títulos em nome do Tesouro Nacional. Dessa forma, a dívida pública e os gastos com juros do Tesouro poderiam crescer, independentemente da existência de um déficit a ser financiado, mas simplesmente por objetivos de controle monetário. Além disso, criava-se um mecanismo para o Tesouro Nacional forçar o Bacen a financiar seus déficits via emissão monetária.

Percebe-se, portanto, que acabou por se criar um estranho arcabouço institucional, em que se mistura política fiscal e monetária; o Bacen não controla a política monetária, nem o Tesouro Nacional controla a política fiscal, e o resultado desse quadro foi o de inviabilizar o conhecimento e o controle social sobre as operações do governo.

- iii. **Lei nº 4.320 – criação do SFH (Sistema Financeiro da Habitação) e do BNH (Banco Nacional da Habitação).** A criação do SFH tinha por objetivo eliminar o déficit habitacional existente, que era atribuído à falta de financiamento para o setor. Assim, dotou-se o segmento com linhas de recursos e agentes específicos.

Com relação aos agentes foi criado o BNH, que desempenharia o papel de banco dos bancos no Sistema Financeiro Habitacional, com a função de regulamentar e fiscalizar a atuação dos agentes do sistema, bem como prestar serviços a estes, como assistência à liquidez. Os demais agentes do sistema eram as Caixas Econômicas (CE), as Sociedades de Crédito Imobiliário (SCI) e as Associações de Poupança e Empréstimos (APE).

As fontes de recursos eram as cadernetas de poupança, as letras imobiliárias e o FGTS. O FGTS era gerido pelo BNH para financiar projetos sociais na área de habitação e saneamento, esta última por meio do SFS (Sistema Financeiro do Saneamento). O BNH funcionaria como agente repassador, não se constituindo em agente de ponta.

- iv. **Lei nº 4.728 – reforma do mercado de capitais.** A Lei do Mercado de Capitais definia as regras de atuação dos demais agentes financeiros. O quadro institucional que se formou baseava-se no modelo financeiro norte-americano (em oposição ao modelo europeu), caracterizado pela especialização/segmentação do mercado, existindo instituições especializadas que atenderiam a segmentos específicos do mercado de crédito, com base em instrumentos de captação determinados.

Assim, os **bancos comerciais** deveriam operar no crédito de curto prazo, com base na captação de depósitos a vista. As **financeiras** eram os agentes do crédito ao consumidor, por meio da venda de letras de câmbio. Os **bancos de investimento**, criados na reforma, deveriam atender ao crédito de médio e longo prazos, mediante a captação de depósitos a prazo e do repasse de recursos externos; além disso, deveriam incentivar as operações do mercado

de capitais, por meio da subscrição de ações, operações de *underwriting* e colocação de debêntures. Os **bancos de desenvolvimento** estatais deveriam financiar operações especiais de fomento pelo repasse de fundos fiscais e recursos externos.

As demais instituições do mercado de capitais – **Bolsa de Valores, Corretoras e Distribuidoras** – também foram regulamentadas e subordinadas ao Bacen. Criaram-se vários tipos de incentivos fiscais para dinamizar esse segmento, entre os quais se destaca o **Decreto-lei nº 157**, no qual os indivíduos poderiam adquirir cotas de fundo de ações com parcela do Imposto de Renda (pessoa física) devido. Merece ainda destaque a criação do **Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR)**, sendo o Banco do Brasil o agente central e os bancos comerciais, agências subsidiárias. A fonte de recursos para o sistema era, além dos fundos fiscais e da “Conta Movimento”, uma parcela dos depósitos a vista captados pelos bancos comerciais, que deveriam obrigatoriamente ser utilizados no financiamento agrícola.

C. Reforma da Política Externa

A reforma do setor externo tinha por objetivo estimular o desenvolvimento econômico, evitando as pressões sobre o Balanço de Pagamentos, eliminando assim uma das principais distorções do PSI. Destacam-se duas linhas de atuação nesse sentido: melhorar o comércio externo brasileiro e atrair o capital estrangeiro:

- i. em relação ao comércio externo, buscou-se, por um lado, estimular e diversificar as exportações mediante uma série de incentivos fiscais (isenções fiscais – IPI, ICM, IR –, crédito-prêmio do IPI etc.) e da modernização e dinamização dos órgãos públicos ligados ao comércio internacional (Cacex e CPA). Quanto às importações, a idéia era eliminar os limites quantitativos e utilizar apenas a política tarifária como forma de controle. A principal medida adotada na área do comércio externo foi a simplificação e unificação do sistema cambial, que objetivava eliminar as incertezas decorrentes da condução errática da política cambial, bem como os desestímulos à exportação decorrentes da valorização cambial. Para tal, adotou-se o **sistema de minidesvalorizações** a partir de 1968, pelo qual a variação cambial deveria refletir o diferencial entre a inflação doméstica e a internacional;

- ii. quanto à atração do capital estrangeiro, buscou-se inicialmente uma reaproximação com a política externa norte-americana, a chamada Aliança para o Progresso. Em seguida, efetuou-se a renegociação da dívida externa e firmou-se um Acordo de Garantias para o capital estrangeiro. As ligações com o sistema financeiro internacional foram feitas por dois mecanismos: a **Lei nº 4.131**, que dava acesso direto das empresas ao sistema financeiro internacional, e a **Resolução nº 63**, que possibilitava a captação de recursos externos pelos bancos comerciais e de investimento para repasse interno. Esta última significava a colagem do sistema financeiro nacional ao internacional e o início do processo de internacionalização financeira no Brasil.

As reformas do Paeg alteraram praticamente todo o quadro institucional vigente na economia brasileira, adaptando-o às necessidades de uma economia industrial. Montou-se um esquema de financiamento que viabilizaria a retomada do crescimento, e dotou-se o Estado de maior capacidade de intervenção na economia. A política adotada no Paeg obteve grande êxito na redução das taxas inflacionárias e em preparar o terreno para a retomada do crescimento.

15.3 O milagre econômico

O período 1968-1973 (governos Costa e Silva e Médici, e com o Ministro da Fazenda Antonio Delfim Netto) caracterizou-se pelas maiores taxas de crescimento do produto brasileiro na história recente, com relativa estabilidade de preços. A taxa média de crescimento do produto situou-se acima dos 10% a.a., com destaque para o produto industrial, enquanto a taxa de inflação permaneceu entre 15 e 20% a.a. no período (Tabela 15.3). Essa *performance* foi decorrência das reformas institucionais e da recessão do período anterior, que geraram uma capacidade ociosa no setor industrial e as condições necessárias para a retomada da demanda. Além disso, o crescimento da economia mundial também permitiu a superação das taxas históricas de crescimento.

Tabela 15.3 Produto – Taxas de crescimento (%): 1968-1973.

Ano	PIB	Indústria	Agricultura	Serviços
1968	9,8	14,2	1,4	9,9
1969	9,5	11,2	6,0	9,5
1970	10,4	11,9	5,6	10,5
1971	11,3	11,9	10,2	11,5
1972	12,1	14,0	4,0	12,1
1973	14,0	16,6	0,0	13,4

Fonte: IBGE.

As diretrizes do governo em 1967 já colocavam o crescimento econômico como objetivo principal, acompanhado de contenção da inflação, sendo que se admitia o convívio com uma taxa de inflação em torno de 20 a 30% a.a., com redução gradual (a chamada “política gradualista” de combate à inflação, em oposição ao “tratamento de choque” do período Campos-Bulhões). Nessa fase, alterou-se o diagnóstico sobre as causas da inflação, destacando os custos como principal determinante. A inflação, que era vista como uma **inflação de demanda** no início dos governos militares, passou a ser vista como uma **inflação de custos**. Com isso, afrouxaram-se as políticas de contenção da demanda (monetária, fiscal e creditícia) – exceção feita à política salarial, considerada como elemento de custos. Teve início uma política de **controle de preços**, na qual os reajustes deveriam ter aprovação prévia do governo, com base nas variações de custos. Para tal fim, criou-se o **Conselho Interministerial de Preços – CIP**, em 1968.

A busca do crescimento, segundo o governo, deveria processar-se com o investimento em setores diversificados e com menor participação do Estado, ou seja, deveria basear-se no setor privado. É importante destacar que o crescimento se colocava também como uma necessidade para legitimar o regime militar, que procurou justificar sua intervenção na necessidade de eliminar a desordem econômica e político-institucional, e recolocar o país nos trilhos do desenvolvimento.

As principais fontes de crescimento foram:

- i. a retomada do investimento público em infra-estrutura: possibilitada pela recuperação financeira do setor público, devido à reforma fiscal

e aos mecanismos de endividamento interno (financiamento não inflacionário dos déficits);

- ii. aumento do investimento das empresas estatais: com a política da "verdade tarifária" associada à maior liberdade de atuação dessas empresas, observou-se, no período, um aumento nos investimentos e o processo de conglomeração dessas empresas, por meio da criação de várias subsidiárias; a Petrobrás e a Vale do Rio Doce são exemplos típicos desse processo. Nesse período, surgiram 231 novas empresas estatais;
- iii. demanda por bens duráveis: devido à grande expansão do crédito ao consumidor pós-reforma financeira.³ Percebe-se que a opção para a ampliação do mercado consumidor deu-se em grande medida pelo endividamento familiar. Esse setor foi o líder do crescimento, apresentando taxa média anual de 23,6% no período;
- iv. construção civil: cresceu a uma taxa média de 15% a.a., por força do aumento dos investimentos públicos nessa área e à maior demanda por habitações provocada pela expansão do crédito do SFH;
- v. crescimento das exportações: graças ao crescimento no comércio mundial e à melhora nos termos de troca, bem como às alterações promovidas na política externa do país e aos incentivos fiscais, verificou-se no período um crescimento de 2,5 vezes no valor das exportações (volume e termos de troca), o que representou ampliação significativa na capacidade de importar da economia.

Quanto aos demais setores econômicos, observou-se o seguinte:

- i. tanto o setor de bens de consumo leve (não duráveis) como a agricultura apresentaram desempenhos mais modestos. O crescimento que apresentaram deveu-se ao aumento da massa salarial, que, por sua vez, deveu-se ao aumento do emprego e ao crescimento das exportações de manufaturados tradicionais e de produtos agrícolas. A agricultura cresceu 4,5% a.a., em média, no período, apesar da forte expansão do crédito agrícola, centrado no Banco do Brasil. Nessa fase, deu-se o início do processo de modernização agrícola,⁴ por

³ A respeito do crédito ao consumidor e de utilização como instrumento de política industrial e de desenvolvimento, ver Pellegrini (1990).

⁴ Sobre a modernização agrícola ocorrida no Brasil, ver seção 15.4.

meio da mecanização, fazendo com que esta se tornasse importante fonte de demanda para a indústria;

- ii. quanto ao setor de bens de capital, seu desempenho pode ser dividido em duas fases. Na primeira, até 1970, apresentou menor crescimento, dado que o crescimento observado baseou-se na ocupação de capacidade ociosa e não na ampliação da capacidade instalada. Conforme foi sendo ocupada essa capacidade, aumentava-se a taxa de investimento na economia, sendo que a Formação Bruta de Capital Fixo superou os 20% do PIB no período 1971/1973. O aumento da demanda por bens de capital fez com que esse setor fosse o de maior crescimento nessa segunda fase. Ao longo de todo o período 1968/1973, a taxa de crescimento média do setor foi de 18,1% a.a., concentrando-se principalmente nessa segunda fase;
- iii. o setor de bens intermediários apresentou uma taxa média de crescimento de 13,5% a.a. no período.

Tanto no setor de bens de capital como no de bens intermediários, a expansão econômica gerava pressão por importações, causada pela insuficiência de oferta interna. Essa pressão importadora ainda foi estimulada pela política do **Conselho de Desenvolvimento Industrial – CDI**, que concedeu incentivos de forma indiscriminada e foi bastante liberal nas importações, e pode ter contribuído inclusive para o atraso na produção interna de bens de capital, cujo crescimento ocorreu apenas depois de 1970.

A pressão por importações poderia levar à necessidade de recursos externos, para cobrir o Balanço de Pagamentos, não fosse o elevado crescimento do valor das exportações brasileiras. Além da política cambial (minidesvalorizações cambiais) e comercial (incentivos fiscais e monetários), o crescimento das exportações foi também beneficiado pela expansão do comércio mundial, decorrente do excesso de liquidez internacional, ocasionado pelos déficits públicos e externo dos EUA, financiados com expansão monetária. A conjugação desses fatores levou tanto ao crescimento da quantidade exportada como à melhora dos termos de troca, redundando numa balança comercial equilibrada no período (Tabela 15.4).

Tabela 15.4 Balança comercial e transações correntes: 1968-1973.

Em US\$ milhões

Ano	Exportação	Importação	Balança comercial	Transações correntes
1968	1.881	1.855	26	- 508
1969	2.311	1.933	378	- 281
1970	2.739	2.507	232	- 562
1971	2.904	3.245	- 341	- 1.037
1972	3.991	4.235	- 244	- 1.489
1973	6.199	6.192	7	- 1.688

Fonte: Conjuntura Econômica.

Além da boa *performance* do setor exportador, assistiu-se nesse período à primeira onda de endividamento externo, com ampla entrada de recursos, conforme mostra a Tabela 15.5. A dívida externa, no período, cresceu em torno de US\$ 9 bilhões, sendo que aproximadamente US\$ 6,5 bilhões se transformaram em reservas, ou seja, a dívida líquida correspondia a algo em torno de US\$ 6 bilhões, o que, com o crescimento das exportações, resultava em um coeficiente de vulnerabilidade (dívida líquida sobre exportações) menor que 1 em 1973.⁵

Assim, percebe-se que naquele momento a situação cambial estava bastante tranqüila. O volume de reservas existentes em 1973 correspondia a mais de um ano de importações, enquanto o critério técnico utilizado pelo FMI recomendava um volume de reservas equivalentes a três meses de importações. Isso evidenciava a existência de um **sobre-endividamento** no período.

⁵ Sobre alguns indicadores da situação externa ver Parte II, Capítulo 10. A respeito do processo de endividamento externo no período, ver Cruz (1984).

Tabela 15.5 Dívida externa e variações de reservas: 1968-1973.

Em US\$ milhões

Ano	Conta capital	Variação das reservas	Dívida externa bruta
1968	541,0	20,0	3.780,0
1969	871,0	549,0	4.403,3
1970	1.015,0	378,0	5.295,2
1971	1.846,0	483,0	6.621,6
1972	3.492,0	2.369,0	9.521,0
1973	3.512,1	2.145,4	12.571,5

Fonte: Banco Central.

Embora a justificativa oficial para esse endividamento tenha sido a necessidade de recurso à poupança externa para viabilizar as altas taxas de crescimento ao longo do milagre, grande parte da explicação para o endividamento externo nesse período reside nas profundas transformações do sistema financeiro internacional e na ampla liquidez existente, e na ausência de mecanismos de financiamento de longo prazo na economia brasileira, exceto as linhas oficiais.

Em termos internacionais, verificou-se, em meados dos anos 60, o surgimento do chamado Euromercado, que correspondia ao processo de expansão internacional dos bancos americanos, com vista em fugir às restrições impostas pelo Federal Reserve Bank (FED)⁶ para suas operações e poder, com isso, reciclar o excesso de liquidez internacional gerado pelos profundos déficits americanos, como decorrência dos déficits públicos naquele país, que ocasionaram o colapso do sistema de Bretton Woods. Nesse quadro de ampla liquidez internacional, observava-se profunda queda das taxas de juros e dos *spreads*, bem como um alongamento dos prazos. A novidade nos contratos com o sistema bancário privado internacional era a presença das taxas de juros flutuantes repactuadas de prazo em prazo.

Internamente, as taxas de juros elevavam-se, devido primeiramente à reforma financeira de 1964/1966, a qual, com a introdução da correção monetária e a determinação legal de que as cadernetas de poupança deveriam render correção monetária mais 6% a.a., fixou um patamar de taxas de juros reais extremamen-

⁶ O FED é o Banco central norte-americano.

te elevado, que crescia ainda mais devido à elevada demanda de crédito, num momento de expansão econômica. Assim, a expansão da demanda de crédito doméstica elevava a taxa de juros interna, o que, dada a existência de mecanismos que possibilitavam o acesso ao crédito (Lei nº 4.131 e Resolução nº 63), levava à captação de recursos no exterior. Os principais tomadores de recursos externos, nessa primeira fase, foram as empresas multinacionais e os bancos de investimento estrangeiros. A contrapartida da entrada excessiva de recursos, que se transformavam em reservas, era o crescimento da dívida pública interna, visando controlar a base monetária, mediante as operações de mercado aberto.

Box 15.1 *O endividamento externo brasileiro*

As duas principais modalidades de captação de recursos externos no Brasil eram:

- a. Lei nº 4.131: permitia o acesso direto das empresas produtivas ao sistema financeiro internacional;
- b. Resolução nº 63: permitia aos bancos brasileiros captar recursos no exterior para o repasse interno.

A Tabela 15.6 permite ver a importância de cada uma dessas formas na década de 70.

Tabela 15.6 *Empréstimos externos em moeda.*

Em US\$ milhões

Ano	Total	Lei nº 4.131	Resolução nº 63
1972	3.962,7	2.497,5	1.465,2
1973	3.918,7	2.849,2	1.069,5
1974	4.717,5	3.109,5	1.608,0
1975	4.701,3	3.773,0	928,3
1976	5.398,5	3.826,0	1.572,5
1977	6.178,8	4.857,4	1.321,4
1978	11.882,7	8.828,9	3.053,8
1979	10.224,8	8.650,3	1.574,5
1980	8.312,0	4.811,1	3.500,9
1981	13.063,7	7.596,6	5.467,1

Fonte: Cruz (1964).

É interessante observar a composição dos tomadores de recursos externos:

Tabela 15.7 *Lei nº 4.131 – Distribuição (%) dos tomadores.*

Ano	Setor público	Privado nacional	Privado externo
1972	24,9	27,3	47,8
1973	39,7	23,0	37,3
1974	35,3	13,9	50,8
1975	50,4	6,2	43,4
1976	51,1	3,6	45,3
1977	51,5	6,0	42,5
1978	60,2	5,3	34,5
1979	76,8	6,4	16,8
1980	76,6	3,7	19,7
1981	69,6	5,6	24,8

Fonte: Cruz (1984).

Percebe-se pela Tabela 15.7 que até 1974 as captações do setor privado superavam as captações do setor público, com destaque para o capital estrangeiro, que possuía maiores facilidades de captações externas. A partir daí, com o fim do período do milagre, as captações do setor privado retraíram-se e, com a necessidade de recursos externos para fechar o balanço de pagamentos, aumentaram as captações do setor público, que necessitava de recursos para financiar os projetos de investimento do II PND (II Plano Nacional de Desenvolvimento), como será visto adiante. Esse processo de endividamento do setor público ficou conhecido como a **estatização da dívida externa**. A ampla facilidade de captação de recursos externos no período pós-74 está ligada aos elevados superávits dos países exportadores de petróleo devido ao choque do petróleo em 1973 – a chamada reciclagem dos “petrodólares”.

Quanto à Resolução nº 63, tem-se um comportamento semelhante; num primeiro momento, são os bancos privados, principalmente os bancos estrangeiros e, num segundo momento, começou a ganhar destaque o sistema de bancos públicos. Para facilitar a captação externa de recursos, observou-se na década de 70 um processo de internacionalização dos bancos brasileiros com a criação de uma série de agências no exterior para ter acesso mais fácil aos recursos.⁷ Esse processo deu-se tanto com os bancos privados como com os bancos públicos.

⁷ A respeito da internacionalização financeira no Brasil e da expansão dos bancos brasileiros para o exterior, ver Baer (1986).

Outro ponto que merece destaque nesse período é a elevada participação e intervenção do setor público na economia, a qual se percebe nos seguintes aspectos:

- i. o Estado controlava os principais preços da economia – câmbio, salário, juros, tarifas –, além de praticar uma política de preços administrados via CIP, com a justificativa da inflação de custos e o objetivo de eliminar os problemas alocativos vindos de uma economia inflacionária;
- ii. o Estado respondia pela maior parte das decisões de investimento, quer por meio dos investimentos da administração pública e das empresas estatais, que correspondiam a praticamente 50% da formação bruta de capital, quer por meio da captação de recursos financeiros – fundos de poupança compulsória, títulos públicos, cadernetas de poupança, agências financeiras estatais –, dos incentivos fiscais e dos subsídios.

A concentração de renda que ocorreu no período pode ser considerada a principal crítica ao Milagre. Os críticos argumentaram que as autoridades tinham a concentração como estratégia necessária para aumentar a capacidade de poupança da economia, financiar os investimentos e com isso o crescimento econômico, para que depois todos pudessem usufruir. Esta ficou conhecida como a “Teoria do Bolo”, segundo a qual o bolo deveria crescer primeiro para depois ser dividido. Outros analistas concordavam com a posição oficial de que a concentração da renda era uma tendência natural de um país que se desenvolvia e que demandava crescentemente mão-de-obra qualificada. Dada a escassez dessa mão-de-obra, houve aumento maior da renda dos profissionais mais qualificados em relação aos menos especializados (cuja oferta era abundante). Defendiam ainda que, apesar da concentração da renda ter aumentado, a renda *per capita* de toda a população cresceu, o que significa que todos devem ter melhorado em termos de condições de vida, embora as classes mais ricas tivessem melhorado mais do que as classes mais pobres.

15.4 Modernização agrícola

Após o movimento militar de 1964, os gestores da política econômica procuraram criar um novo arcabouço para a política agrícola brasileira, visando

à promoção de um forte processo de modernização agrícola do país, com o crescimento da produtividade do setor.

Dentro do arcabouço institucional criado, pode-se destacar:

- i. o **Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR)**: esse sistema foi instituído em 1965 pela Lei nº 4.829 e tinha por objetivo propiciar aos agricultores linhas de crédito acessíveis e baratas, a fim de viabilizar o investimento e a modernização do setor. A maior parte do crédito agrícola na década de 70 e no início dos anos 80 fez-se com taxas de juros nominais fixas. Num ambiente de alta e crescente inflação, os empréstimos acabavam tendo taxas de juros reais negativas. Isso significava que o crédito agrícola era concedido com grande subsídio para o setor agrícola. O principal agente do sistema era o Banco do Brasil, e a principal fonte de recursos para o sistema era o Orçamento Monetário do governo. Na verdade, o Banco do Brasil, por meio da chamada “Conta Movimento”, emprestava com taxas de juros subsidiadas e sacava a descoberto esses recursos do Tesouro Nacional. Além desse tipo de financiamento, era também possível a captação externa, e os bancos comerciais eram obrigados a destinar parte dos recursos obtidos em depósitos a vista (as exigibilidades) para o crédito rural, segundo os juros fixados no sistema. Um grave problema desse sistema foi que ele não atingiu igualmente os diversos segmentos de agricultores, pois apenas médios e grandes produtores obtiveram os créditos subsidiados em função de seu acesso ao sistema financeiro;
- ii. as **Políticas de Garantias de Preços Mínimos (PGPM)**: essas políticas visam garantir um preço de venda mínimo aos produtores, especialmente nos períodos de safra, quando os preços agrícolas tendem a cair muito. Desse modo, além de garantir uma renda mínima aos produtores, esse sistema também reduz a incerteza dos agricultores em relação aos preços futuros, e pode ser utilizado para orientar o tipo de produção que influi nas decisões de plantio.

Esse sistema foi desenvolvido com base em dois mecanismos básicos:

- a) o **AGF (Aquisição do Governo Federal)**, que são compras feitas pelo governo de produtos com preços prefixados. Assim, quando o produtor quiser, poderá vender seu produto no mercado (ao preço de mercado) ou para o governo (ao preço prefixado). Ao adquirir os

produtos, em tese, o governo deveria estocá-los e vendê-los posteriormente, em um momento de escassez do produto no mercado;

- b) o **EGF (Empréstimo do Governo Federal)**, que é uma linha especial de crédito de comercialização, baseada em penhor mercantil. Tem o propósito de financiar a estocagem do produto pelo agricultor, de modo a facultar a este a possibilidade de vender o produto em um momento posterior, quando o mercado estiver mais favorável. Esse empréstimo possibilita ao produtor o pagamento dos custos incorridos na colheita, de modo que ele não necessite vender imediatamente os frutos dessa colheita.

Tanto o EGF como o AGF procuram impedir uma flutuação muito grande dos preços agrícolas do momento da safra até a entressafra. Todavia, para serem desenvolvidos, exigem a participação financeira do governo, quer por meio de linhas de crédito, quer por meio de desembolsos para compra (a volta desses recursos faz-se quando da venda dos produtos), além de também ser necessária a existência de locais adequados de armazenagem.

Esses dois instrumentos, especialmente o primeiro, no final da década de 60 e durante a década de 70 (também a PGPM num período mais recente), foram extremamente importantes no chamado processo de modernização agrícola brasileiro. Deve-se ressaltar também o papel desempenhado nesse processo pela **Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – Embrapa** – no setor de pesquisas e auxílio técnico aos agricultores. O processo de modernização teve as seguintes características:

- i. o aumento do grau de mecanização e quimificação das fazendas, o que promoveu importante aumento de produtividade no setor. Em certas regiões, a agricultura brasileira cresceu de forma **intensiva** (ou seja, aumento da produção utilizando a mesma quantidade de terras para plantio) e não de modo **extensivo** (aumento da área plantada), como sempre foi o caso na história agrícola brasileira. Essa característica teve por consequência o aumento da demanda por mercadorias industriais. Nesse sentido, observa-se, no período, o aumento no consumo de fertilizantes, que passa de aproximadamente 200.000 t, em 1960, para mais de 1.900.000 t, em 1980. Esse mesmo crescimento também é verificado na utilização de tratores nos estabelecimentos agrícolas, que salta de 60.000 tratores, em 1960, para 550.000, em 1980;
- ii. o aumento forte na produção, no início, de bens exportáveis, e depois também de produtos destinados ao mercado doméstico. Verifi-

ca-se certa modificação nas culturas brasileiras, em que ganha bastante destaque a produção de soja e, depois, de laranja. Esses novos produtos passaram a fazer parte importante da pauta de exportações brasileiras. Esse crescimento de novas culturas fez-se em detrimento do crescimento das plantações de café e de algodão. A cana-de-açúcar também é revigorada em função do **Pró-Álcool**, programa que procurava incentivar a produção de álcool combustível com base na cana-de-açúcar, tendo em vista os problemas na importação de petróleo;

- iii. a expansão da fronteira agrícola na direção da região Centro-Oeste. Mesmo com o crescimento da produtividade, também houve vigorosa expansão da área cultivada, que passou de cerca de 29 milhões de ha, em 1960, para quase 50 milhões, em 1980. Esse crescimento deve-se ao deslocamento da fronteira agrícola na direção da região Centro-Oeste, incorporando a região do cerrado ao cultivo. Nessa incorporação, a participação da Embrapa foi fundamental em função das dificuldades com o solo e com a adaptação das espécies à região. Assim, as técnicas de correção de solo e o desenvolvimento de “novas” espécies com melhor adaptação foram fundamentais para o desenvolvimento agrícola no cerrado brasileiro;
- iv. o crescimento da agroindústria; ocorreu maior interligação entre o setor agrícola propriamente dito com seus fornecedores, chamados **setores “a montante”** (setores de máquinas, equipamentos, fertilizantes etc.) e com seus compradores, **setores “a jusante”** (indústrias processadoras de produtos agrícolas);
- v. o lado perverso dessa modernização agrícola foi o aumento da concentração fundiária, o crescimento da utilização de mão-de-obra temporária e o aumento relativamente lento do pessoal ocupado no setor. Esses elementos contribuíram para uma piora na distribuição de renda no setor.

Conceitos-chaves

- AGF – Aquisição do Governo Federal
- Banco Central do Brasil
- BNH – Banco Nacional de Habitação
- CDI – Conselho de Desenvolvimento Industrial
- CIP – Conselho Interministerial de Preços

- CMN – Conselho Monetário Nacional
- Conta Movimento
- Controle de preços
- Correção monetária
- Crise cíclica endógena
- Crise do populismo
- Crise dos anos 60
- Decreto-lei nº 157
- Demanda devivada
- EGF – Empréstimo do Governo Federal
- EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
- Envidamento Externo
- Estagnacionismo
- Estatização da dívida externa
- Gradualismo × tratamento de choque
- Indexação
- Inflação corretiva
- Lei nº 4.131
- Milagre econômico
- Minidesvalorizações cambiais
- Modernização agrícola
- ORTN – Obrigações Rejustáveis do Tesouro Nacional
- Plano de Ação Econômica – PAEG
- Políticas de Garantias de Preço Mínimos
- Reforma de Política Externa do PAEG
- Reformas institucionais do PAEG
- Reforma Monetária Financeira do PAEG 6
- Reforma Tributária do PAEG
- Resolução nº 63
- SFH – Sistema Financeiro de Habitação
- SNCR – Sistema Nacional de Crédito Rural
- Sobre-endividamento
- SUMOC – Superintendência de Moeda e Crédito
- Teoria do Bolo

Questões

- Q1. Quais as causas da inflação no início da década de 60 segundo o Paeg? Qual a política utilizada para enfrentá-las?
- Q2. Relacione as principais dificuldades institucionais que afligiam a economia brasileira no início da década de 60 com as reformas promovidas no início do governo militar.
- Q3. (Anpec – 1992) No período 1968-1973, a economia brasileira teve um desempenho excepcional, o que costuma ser relacionado a fatores favoráveis, tanto internos como externos. Discorra sobre as características do período, e explique quais foram esses fatores favoráveis.

- Q4. Compare o diagnóstico da inflação no Paeg e no início do milagre. Quais as medidas adotadas no combate à inflação nesse último período?
- Q5. (Anpec – 1993) A forte participação do Estado em processos de desenvolvimento retardatário é uma característica ressaltada por vários autores. Como evoluiu essa participação na agricultura brasileira a partir dos anos 60?

Temas para debate

- T1. Até que ponto as reformas institucionais introduzidas pelo governo militar estão na base do crescimento econômico posterior? Até que ponto era possível implementar outro tipo de reforma e quais os possíveis efeitos sobre as características do crescimento econômico que viriam em consequência?